

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.686 - SE (2019/0378300-1)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : GEANDERSON DA SILVA SANTANA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento nas Súmulas 7 e 83 do STJ.

Nas razões do especial, aponta a defesa violação dos arts. 59 e 68 do CP e do art. 478, I, do CPP, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta nulidade decorrente da utilização, em plenário, pelo órgão acusatório, da decisão de pronúncia como argumento de autoridade, o que teria trazido manifesto prejuízo para a defesa. Aduz, ainda, ausência de fundamentação idônea na exasperação da pena-base pelas circunstâncias judiciais da culpabilidade e dos antecedentes.

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de declarar a nulidade da sessão do júri, determinando-se a realização de novo julgamento, ou, subsidiariamente, para que seja revista a pena aplicada.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

O recorrente foi condenado, como incurso no art. 121, § 2º, IV, do CP e no art. 14 da Lei 10.826/2003, à pena de 14 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, além de 16 dias-multa.

Quanto à aludida violação do art. 478, I, do CPP, colhe-se do acórdão recorrido:

Em seu Apelo, o Acusado Geanderson da Silva Santana requereu a nulidade do julgamento, em razão de eiva posterior à sentença, concernente na utilização da decisão que confirmou a pronúncia como argumento de autoridade para prejudicar o Acusado.

Após compulsar os autos, constato que não merece acolhida o pleito do Acusado, de acordo com o previsto no art. 478 do CPP. Veja-se:

"Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências:

I - a decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;

II - ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de

requerimento, em seu prejuízo."

**O Superior Tribunal de Justiça já sedimentou entendimento no sentido de que "a simples leitura da pronúncia no Plenário do Júri não leva à nulidade do julgamento, que somente ocorre se a referência for utilizada como argumento de autoridade que beneficie ou prejudique o acusado".**

Veja-se:

[...]

**Ao analisar a Ata da Sessão de Julgamento, observo que o Promotor de Justiça apenas fez referência de forma abstrata à decisão de pronúncia, informando aos jurados as hipóteses que o Magistrado possui no momento da decisão e que a pronúncia exige um reconhecimento da pertinência da acusação.** Esse argumento foi acatado pelo Juiz Presidente e prosseguiu-se com a Sessão de Julgamento. Veja-se:

"(...) Durante a réplica do Ministério Público, o Defensor Público solicitou que constasse em ata que o Ministério Público fez menção à decisão de pronúncia como argumento de autoridade para prejudicar o réu, consistente na argumentação de que se o Juiz togado pronunciou o réu, razão existe para a sua condenação. Dada a palavra ao Ministério Público, este se manifestou no sentido de que suas argumentações são realizadas de forma abstrata fazendo uso da lei processual pertinente e informando simplesmente as hipóteses que o magistrado tem em suas mãos no momento da decisão e que, em caso de pronúncia, existe o reconhecimento da pertinência da acusação. Pelo Magistrado, foi dito que defere o pedido para que conste em ata a irresignação da Defensoria Pública e que apesar da consignação não verificou o uso da pronúncia como argumento de autoridade em desfavor do réu (...)"

Logo, concluo que deve ser rejeitada a nulidade arguida pela Defesa e ser mantido o julgamento realizado pelo Tribunal do Júri.

O acórdão recorrido harmoniza-se com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual *A simples leitura da decisão de pronúncia no Plenário do Júri ou a referência a tal decisão, sem a especificação do seu conteúdo, não induzem à nulidade do julgamento se não forem utilizadas para fundamentar o pedido de condenação* (HC 248.617/MT, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª Turma, DJe 17/9/2013).

Com efeito, conforme ressaltado pelo acórdão impugnado, o representante da acusação *apenas fez referência de forma abstrata à decisão de pronúncia, informando aos jurados as hipóteses que o Magistrado possui no momento da decisão e que a pronúncia exige um reconhecimento da pertinência da acusação.* Dessarte, não há falar em violação do art. 478, I, do CPP.

Confira-se, a propósito, os seguintes precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA. REFERÊNCIA  
À DECISÃO DE PRONÚNCIA NA SESSÃO DE JULGAMENTO.**

NULIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO DE AUTORIDADE E DE PREJUÍZO AO RÉU. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

**2. O fato de o Parquet, em réplica, apenas mencionar a decisão de pronúncia, cujas cópias estavam nos autos, sem entrar no mérito da decisão e tampouco entrar em detalhes sobre ela, não induz à nulidade do julgamento.**

3. A intenção do legislador, insculpida no art. 478, I, do CPP, não foi a de vedar toda e qualquer referência à decisão de pronúncia e às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, mas evitar que o Conselho de Sentença seja influenciado por decisões técnicas, impingindo aos jurados o argumento de autoridade.

4. A simples leitura da decisão de pronúncia no Plenário do Júri ou a referência a tal decisão, sem a especificação do seu conteúdo, não induzem à nulidade do julgamento se não forem utilizadas para fundamentar o pedido de condenação (HC n. 248.617/MT, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 17/9/2013).

5. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 429.039/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 10/10/2016).

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. TRIBUNAL DO JÚRI. REFERÊNCIA À SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 381, III, DO CPP. CONDENAÇÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

**1. A mera referência, pelo assistente de acusação, à sentença de pronúncia, com a menção de que haveria em desfavor do réu a existência de indícios de autoria e prova da materialidade, não constitui argumento de autoridade que prejudique o acusado e eive de nulidade o julgamento pelo Conselho de Sentença, nos termos do artigo 478, inciso I, do Código de Processo Penal.**

[...]

4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1444570/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 19/03/2015).

Estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, impõe-se a incidência da Súmula 83/STJ, a obstar o processamento do recurso especial.

No que se refere à dosimetria, colhe-se do acórdão recorrido:

Após a leitura da sentença vergastada, percebo que a sentenciante incorreu em alguns equívocos, data venia, no que se refere aos fundamentos relativos

a algumas circunstâncias judiciais do artigo 59 do CPB. Veja-se:

No tocante à **culpabilidade**, a sentenciante afirmou que "é aquela normal à espécie, não vislumbrando razão para considerá-la em seu desfavor." Após análise das provas colhidas, **constato que a conduta criminosa perpetrada pelo Acusado revelou um plus de reprovação, à medida que disparou diversos tiros contra a vítima, nas regiões do tórax, terço inferior do braço esquerdo, terço superior do antebraço esquerdo, punho direito, terço inferior do antebraço direito, infra escapular esquerda, terço médio do antebraço esquerdo e na região torácica. Portanto, observo que o agente agiu com maior frieza no momento da execução do crime, revelando uma maior intensidade no seu modo de agir, ou seja, uma intensidade maior no dolo, ao atingir a vítima em diversas regiões, após efetuar vários disparos em sua direção. Logo, valoro essa circunstância como desfavorável ao agente.**

No tocante aos **antecedentes criminais**, o Magistrado de 1º grau afirmou: "O réu não apresenta maus antecedentes, não havendo contra ele condenação penal transitada em julgado comprovada nos autos". Em consulta ao sistema de controle processual, observo que **o Acusado responde a outro processo tombado sob o nº 201490002499, já transitado em julgado, cujo fato ocorreu em momento anterior (1º de setembro de 2014) ao fato sob análise que ocorreu no dia 19 de fevereiro de 2015, ou seja, em data posterior. Portanto, valoro negativamente essa circunstância judicial.**

Quanto à personalidade, constato que não merece acolhida o pleito ministerial, pois o Magistrado corretamente afirmou que não foram apurados elementos aptos a aferir a negatividade dessa circunstância judicial. O doutrinador Ricardo Augusto Schmitt afirmou em sua obra "Sentença Penal Condenatória - Teoria e Prática" que "(...) atualmente verificamos a necessidade de rever critérios à correta aferição de dados para valorar a circunstância judicial da personalidade do agente, sob pena de sempre se revelar neutralizada, em decorrência da inexistência de elementos necessários à sua valoração ou em virtude da impossibilidade de sua aferição a partir dos elementos convencionais coletados no caso concreto." Portanto, diante da inexistência de dados relevantes que permitam uma avaliação concreta dessa circunstância judicial, mantenho-a como favorável.

**Diante desse novo quadro, restam como desfavoráveis, para o crime de homicídio qualificado, a culpabilidade e os antecedentes e, para o crime de porte ilegal de arma de fogo, a culpabilidade, os antecedentes e as consequências do crime.** Portanto, passo a dosar a pena do Acusado:

Quanto ao crime de homicídio qualificado (art. 121, §2º, II, do CP), aumento a pena-base fixada em 12 (doze) anos para 14 (catorze) anos e 03 (três) meses de reclusão. Na 2ª fase da dosimetria, mantenho a aplicação da atenuante da menoridade e a diminuição da reprimenda em 02 (dois) anos e 03 (três) meses, totalizando 12 (doze) anos de reclusão, diante da ausência de causas de aumento ou de diminuição de pena.

Quanto ao crime de porte ilegal de arma de fogo (art. 14 da Lei nº 10.826/03), aumento a pena-base fixada em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 12 (doze) dias-multa para 02 (dois) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa. Na 2ª fase da dosimetria, mantenho a

aplicação da atenuante da menoridade e a diminuição da reprimenda em 1/6 (um sexto), totalizando 02 (dois) anos, 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 16 (dezesesseis) dias-multa.

Diante do concurso material de crimes (art. 69 do CP), somo as penas aplicadas, tornando-a definitiva em 14 (catorze) anos, 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 16 (dezesesseis) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos.

Portanto, conheço do recurso de Apelação Criminal interposto pelo Qrgão Ministerial para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de avaliar negativamente as circunstâncias judiciais da culpabilidade e dos antecedentes criminais e majorar a pena para 14 (catorze) anos, 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 16 (dezesesseis) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, de acordo com os fundamentos expostos alhures.

Como é consabido, via de regra, não se presta o recurso especial à revisão da dosimetria das penas estabelecidas pelas instâncias ordinárias. Contudo, a jurisprudência desta Corte admite, em caráter excepcional, o reexame da aplicação das penas, nas hipóteses de manifesta violação aos critérios dos arts. 59 e 68 do Código Penal, sob o aspecto da ilegalidade, nas hipóteses de falta ou evidente deficiência de fundamentação ou ainda de erro de técnica.

Esta Corte firmou o entendimento, ainda, no sentido de que a exasperação da pena-base, assim como o recrudesimento de qualquer tratamento direcionado ao réu acima do mínimo previsto em lei, deve ser fundamentado em elementos extraídos dos dados concretos constantes dos autos.

Ao valorar negativamente a vetorial culpabilidade, o Tribunal de origem considerou que o acusado efetuou ***diversos tiros contra a vítima, nas regiões do tórax, terço inferior do braço esquerdo, terço superior do antebraço esquerdo, punho direito, terço inferior do antebraço direito, infra escapular esquerda, terço médio do antebraço esquerdo e na região torácica.*** Ressaltou que o acusado ***agiu com maior frieza no momento da execução do crime, revelando uma maior intensidade no seu modo de agir, [...] ao atingir a vítima em diversas regiões, após efetuar vários disparos em sua direção.***

Tais fundamentos, por desbordarem do tipo penal incriminador, evidenciam maior grau de reprovabilidade da conduta delitiva, constituindo motivação idônea ao incremento da pena-base, com apoio na referida vetorial, conforme se extrai dos seguintes precedentes desta Corte:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM

HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PENA-BASE. FUNDAMENTO IDÔNEO. CONTINUIDADE DELITIVA. FRAÇÃO. ITER CRIMINIS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO E PROBATÓRIO. INCOMPATIBILIDADE COM A VIA ELEITA. TRÁFICO. NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA. MOTIVAÇÃO CONCRETA A JUSTIFICAR A NÃO APLICAÇÃO DA MINORANTE. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O elevado grau de reprovabilidade da conduta (culpabilidade) configura circunstância apta a justificar o aumento da pena-base, quando indicados fundamentos concretos, tal qual o fato de ter o acusado agido com dolo extremado, extrapolando os limites da razoabilidade do que se poderia considerar como inerente ao próprio tipo penal, por ter sua conduta se revestido de demasiada reprovabilidade social, muito aquém daquela já existente com a simples prática do delito, uma vez que desferiu vários tiros na direção da vítima, buscando incansavelmente matá-la.

[...]

6. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 399.235/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018)

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. DOSIMETRIA. DISCRICIONARIEDADE RELATIVA. PENA-BASE. CULPABILIDADE. DISPAROS REALIZADOS PELAS COSTAS DAS VÍTIMAS. MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DA CULPABILIDADE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. PENA-BASE. DOSIMETRIA REALIZADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUANTO AOS CRIMES TENTADOS BENÉFICA. NON REFORMATIO IN PEJUS. CRIME CONSUMADO. REDUÇÃO DA PENA-BASE. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. A elevação da pena-base sob o título da culpabilidade restou suficientemente fundamentada, haja vista a constatação que o paciente, além de desferir vários tiros contra as vítimas, muitos deles foram realizados pelas costas, o que demonstra maior grau de reprovabilidade da conduta e a intensidade do dolo do agente.

[...]

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para reduzir a pena-base do crime de homicídio privilegiado consumado para 7 (sete) anos e 9 (nove) meses de reclusão (HC 298.714/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 21/09/2016).

Ao valorar negativamente a vetorial antecedentes, consignou o acórdão que *o acusado responde a outro processo tombado sob o nº 201490002499, já*

*transitado em julgado, cujo fato ocorreu em momento anterior (1º de setembro de 2014) ao fato sob análise que ocorreu no dia 19 de fevereiro de 2015, ou seja, em data posterior.*

Tal entendimento coaduna-se com a jurisprudência desta Corte, que firmou-se no sentido de que a condenação por crime anterior, com trânsito em julgado posterior à prática delitiva em apuração, justifica a valoração negativa da circunstância judicial dos antecedentes, lastreando a exasperação da pena-base. Incidência, também neste ponto, da Súmula 83 desta Corte. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DIVISÃO DE TEMPO NO PLENÁRIO DO JÚRI. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REEXAME PROBATÓRIO E AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NÃO OCORRÊNCIA. ADOÇÃO DE UMA DAS TESES SUSTENTADAS PELAS PARTES. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. MAUS ANTECEDENTES. CONDENAÇÃO POR FATO ANTERIOR COM TRÂNSITO EM JULGADO POSTERIOR. POSSIBILIDADE. EXASPERAÇÃO FUNDAMENTADA. QUALIFICADORA SOBEJANTE UTILIZADA NA PRIMEIRA FASE. ADMISSIBILIDADE. EXASPERAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[..]

3. Esta Corte Superior firmou-se no sentido de que a condenação por crime anterior, com trânsito em julgado posterior à prática delitiva em apuração, justifica a valoração negativa da circunstância judicial dos antecedentes, lastreando a exasperação da pena-base.

[...]

6. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 1317251/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 25/06/2019).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator